

ARTIGO

PODER CONSTITUCIONAL

DS

Criticando o que chama de ‘modas’ em Direito Constitucional, Canotilho cita o juiz Hughes, da Suprema Corte americana: ‘a Constituição é o que os juízes dizem’.

Após afirmar não ser nova esta tendência, lembra ser uma experiência de ‘living constitution’ recente na Europa e está relacionada com a institucionalização de tribunais constitucionais em grande número de países.

Parece que os estudiosos se voltam cada vez mais para os ‘leading cases’ resolvidos pelos tribunais constitucionais, que passaram a teorizar e atualizar os caminhos seguidos pelo Direito Constitucional. É indiscutível que tal situação reforça o que vem sendo denominado de ativismo judicial, o que, por si só, é nefasto à democratização do sistema de Justiça e fere o princípio da separação dos poderes.

Vale a advertência de Canotilho, ‘um direito reduzido a teorias abstratas, esquece que os problemas dos homens e da ‘polis’ se situam no terreno da experiência humana e não nas alturas abstratas de um ‘saber sábio’ do direito’.

E no terreno da experiência humana, todos o sabem, um poder não pode se sobrepor a outro poder, em especial o poder com menos densidade de legitimidade democrática, o Judiciário.

Então, para que serve a Constituição? Afastando da ideia de Constituição como decisão política fundamental (Schmitt), a teoria constitucional, ‘pós’ constitucionalismo da efetividade, se orienta no sentido de que, a par da importância dos tribunais e juízes na garantia dos direitos fundamentais, a sociedade civil organizada e a própria política institucional se orientam, também, por princípios constitucionais. Daí a importância como fonte, inclusive, dos movimentos sociais e políticos.

Os constitucionalistas Daniel Sarmento e Cláudio Pereira de Souza optam por essa visão difusa (e não concentrada no Judiciário) da prática constitucional – ‘Em nosso cenário, povoado por instituições e procedimentos imperfeitos, a jurisdição constitucional desempenha um papel relevante no constitucionalismo democrático. Porém, ela não é e não deve ser concebida como a protagonista desta narrativa’.

Para que o sistema de justiça, em especial o constitucional, não saia do caminho democrático, precisamos revolucionar a cada dia, lembrando-se da advertência de Florestan Fernandes: ‘Um militante revolucionário não deve se deixar cooptar. Não deve se deixar liquidar. Deve trazer vitórias para o povo’.

É por aí...

GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO – formado em Filosofia e Direito pela UFMT.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabíola Tormes

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões
e Vídeos para o whatsapp do
DIÁRIO DA SERRA

(65) 99809.2921

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia,
Barra do Bugres, Porto Estrela,
Campo Novo do Parecis,
Sapezal, Denise, Arenópolis,
Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

PLANO DE GOVERNO

Wesley Torres elege prioridades para atuação e apresenta propostas setoriais



Wesley Torres (MDB) e Amauri (PP)

Entre as propostas, a busca para implantação do Hospital Regional

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Encerramos nesta sexta-feira, 9, a nossa série de matérias, apresentando o Plano de Governo dos candidatos a prefeito Wesley Lopes Torres – Wesley Torres (MDB) e a vice-prefeito Amauri Paulo Cervo (PP), pela Coligação 'Coragem para seguir mudando', composta pelos partidos MDB, PP e Solidariedade.

“Os administradores públicos devem primar suas ações de maneira que possam ofertar para a população um serviço público de qualidade, de maneira adequada e na quantidade necessária, mantendo um bom ní-

vel de oferta”, destacam, apresentando como pilares da prestação dos serviços públicos as áreas da saúde, educação, mobilidade urbana, manutenção e pavimentação das vias públicas, manutenção de praças, jardins e prédios públicos. “Elegemos as seguintes prioridades para a atuação da Prefeitura: investimentos para melhorias na área da saúde; investimentos nos eixos do Saneamento; mobilidade urbana, com a implantação de ciclovias, reformulação do transporte coletivo e expansão do sistema viário; desenvolvimento econômico; investimentos para melhorias na área da educação; simplificação de processos, melhor atendimento e racionalização de gastos públicos; consolidação das políticas de ações sociais; e consolidação do Plano Diretor Participativo”.

NOVO DECRETO

Servidores estaduais voltam ao expediente normal

Tuani Nunes | Sedec -MT

Os servidores do Estado de Mato Grosso voltaram ao expediente normal, de acordo com o decreto nº 658/2020. Desta forma, os revezamentos e tele-trabalhos não serão mais realizados.

No entanto, aqueles servidores considerados em grupo de risco podem continuar trabalhando em casa. Entre eles estão os com idade acima de 60 anos, os que apresentam doenças como insufici-

ência renal crônica, doença respiratória crônica, câncer e outras, além de gestantes.

Porém, se o servidor enquadrado no grupo de risco optar por voltar ao trabalho presencial, será necessário preencher uma declaração para retornar e entrega-la para a Coordenadoria de Gestão e Pessoas. No documento, o servidor precisará declarar que voltará ao trabalho presencial por sua escolha.

De acordo com Saman-da Cristina Souza, geren-

Os candidatos apresentaram também propostas setoriais, entre elas a busca junto ao Estado para implantação do Hospital Regional no Município; o incentivo para implantação de uma escola militar; a instalação de Centro Municipal de Formação de Profissionais da Educação; ampliação em aproximadamente 1.000 novas vagas para crianças 0 a 03 anos em creche; criação de novas avenidas integrando os bairros; funcionamento do Centro de Eventos com parceria público-privada; ampliação da ETA Queima Pé e a implementação de projeto de captação de água no Rio Sepotuba; entre outras.

“A coligação Coragem Para Seguir Mudando é o fruto de um projeto político de partidos e pessoas que querem seguir contribuindo para o desenvolvimento contínuo de nossa cidade”, finalizam.

te de Gestão de Pessoas da Sedec-MT, é necessária a comprovação, caso o servidor seja do grupo de risco. “Se a pessoa tiver mais de 60 anos é só o memorando, mas caso apresente alguma comorbidade é preciso o laudo médico”, explica.

Vale ressaltar, entretanto, que estão proibidas aglomerações nas secretarias. Os servidores devem usar as máscaras e está sendo disponibilizado álcool 70% para evitar a propagação do coronavírus.